

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL - TCDF**

Processo Eletrônico nº 33214/2014-e

HAMILTON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, ex-Secretário de Cultura do Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade nº 3.874.859 - SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 168.860.701-34, residente e domiciliado no Condomínio Jardim Europa, Quadra 01, Conjunto “E”, Casa 04, Grande Colorado, Bairro Sobradinho, em Brasília/DF, CEP 73050-900, vem perante Vossa Excelência, por meio de representantes legais¹, com fulcro no art. 285 do RI/TCDF, interpor

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

perante essa eg. Corte de Contas Distrital, notadamente em face do contido no **Acórdão nº 377/2022**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

¹ Instrumento de mandato já juntado aos autos, que aqui se renova.

1. DOS FATOS

Tratam os autos da Representação n.º 34/2014-DA1 formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, versando sobre supostas irregularidades em repasses de recursos públicos por intermédio do convênio n.º 16/2012, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e a entidade privada sem fins lucrativos Associação Ruarte de Cultura, para a realização do projeto denominado “11º Festival de Bonecos de Brasília”.

Na Sessão Ordinária n.º 5.032, de 19/04/2018, esse eg. Tribunal prolatou a Decisão n.º 1.813/2018, por meio da qual determinou a audiência do Sr. Hamilton, então Secretário de Estado de Cultura, e da Sra. Maria de Fátima Santos de Deus, então Subsecretária de Políticas de Promoções Culturais, para que apresentassem razões de justificativa.

Naquela mesma Decisão n.º 1.813/2018, converteram-se os autos em exame de contas especial, promovendo a citação dos responsáveis indicados à fl. 263 (matriz de responsabilização), para que apresentassem defesa quanto à responsabilidade que lhes é atribuída nos autos, ou para que recolhessem o valor do débito a eles imputado.

Posteriormente, na Sessão Ordinária n.º 5250, de 14/04/2021, o Tribunal prolatou a Decisão n.º 1409/2021, por meio da qual determinou o sobrestamento do exame do mérito das tomadas de contas especiais em apreço até o deslinde do Processo n.º 32.351/2017, que promovia estudos acerca do instituto da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória no âmbito do TCDF.

Finalizados os estudos com a elaboração da Decisão Normativa n.º 5/2021, o Tribunal prolatou a Decisão n.º 4220/2022, por meio da qual:

- i) levantou o sobrestamento dos autos;
- ii) julgou improcedentes as alegações de defesa apresentadas;
- iii) determinou a cientificação da entidade Associação Ruarte de Cultura e de sua então presidente, para que recolhessem o montante de R\$ 107.000,00 (valor original de 2012), sob pena de julgamento irregular das suas contas;
- iv) aplicou multa individual à Sra. Maria de Fátima Santos de Deus e ao Sr. Hamilton Pereira da Silva, no valor de R\$ 1.739,13, fixando o prazo de 30 dias, a partir da notificação, para o recolhimento.

Destaca-se, do Voto do i. Relator, o seguinte trecho, quanto à solidariedade do débito apurado nos autos, citando as Decisões nº 1.281/2021 e 2.705/2022 a título de precedentes:

Não vislumbrei elementos que indiquem a aferição de vantagem pelos agentes públicos ou dolo em suas condutas; não há como negar o prejuízo identificado, que a propósito, será imputado a quem recebeu os recursos públicos de forma indevida, no entanto, não há provas de que a Sra. Maria de Fátima Santos de Deus e o Sr. Hamilton Pereira da Silva, receberam recursos públicos ou qualquer outro benefício para emitir parecer e ratificar a dispensa de licitação com preços superfaturados.

Nesta linha de raciocínio, a meu ver, não deve ocorrer a solidariedade em relação ao prejuízo apurado neste feito a Sra. Maria de Fátima Santos de Deus e ao Sr. Hamilton Pereira da Silva, uma vez que este Plenário, de forma majoritária, tem adotado firme linha jurisprudencial no sentido de, em casos como o ora em debate quando ausente os elementos citados no parágrafo precedente, deve afastar a solidariedade do débito, imputando-o somente ao particular que efetivamente recebeu os recursos indevidamente.

(...)

Desse modo, do conjunto probatório destes autos, **reputo haver elementos suficientes para que o Plenário afaste a solidariedade pelo débito apurado, em relação a Sra. Maria de Fátima Santos de Deus e ao Sr. Hamilton Pereira da Silva**, aplicando-lhes a penalidade de multa, com fundamento no art. 57, inciso II, da LO/TCDF.

Ao final, aplicou multa de R\$ 1.739,13 a cada um dos ex-gestores, no que foi acompanhado pela maioria do Plenário, vencido o i. Conselheiro Renato Rainha, o que redundou na Decisão nº 4220/2022 e nos Acórdãos nº 376 e 377/2022.

Há, entretanto, razões suficientes para a mudança do entendimento até aqui consignado, que devem embasar futura orientação dessa eg. Corte de Contas, **especialmente no que toca à prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória no âmbito do TCDF**, que sequer foram examinadas nas r. decisões até aqui proferidas.

É o breve relato do necessário.

2. DO DIREITO

Abaixo as razões jurídicas pelas quais o Sr. HAMILTON entende pela necessidade de reconsideração da deliberação dessa eg. Corte, à luz da jurisprudência e da legislação em vigor.

Convém destacar que, em prol da objetividade e assertividade, o presente recurso não tratará do mérito da questão em exame, que afeta apenas o Sr. HAMILTON. Na verdade, a questão trazida aqui é de urgente reconsideração pelo Tribunal, e certamente afeta centenas de pessoas, além dele próprio.

2.1. Da tempestividade

O Sr. HAMILTON foi notificado em 25/10/2022 (terça-feira), tendo início, no dia 26/10/2022 (quarta-feira) o prazo de 30 (trinta) dias para a interposição do competente Recurso.

Com isso, o prazo tem por termo final o dia 24/11/2022 (quinta-feira) razão pela qual é **plenamente tempestiva** a presente peça recursal.

2.2. Da urgente necessidade de evolução do entendimento da Corte acerca do instituto da prescrição

Esse eg. TCDF, no último ano, vem consolidando entendimento, no que respeita à consumação da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, que, em paralelo à missão constitucional de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da Administração direta e indireta, vem gerando **nefastos efeitos colaterais nos direitos e nas garantias fundamentais** dos jurisdicionados:

- i) o absoluto estado de **insegurança jurídica**; e, talvez ainda mais grave,
- ii) a **perpetuação do estado de sujeição a uma sanção** impelido àqueles sujeitos à jurisdição dessa Corte de Contas.

Como anteriormente mencionado, essa Corte promoveu, no bojo do Processo nº 32.351/2017, estudos especiais com o objetivo de “*consolidar o entendimento do Tribunal sobre a aplicação dos institutos da decadência e da prescrição, seja quanto à imputação de débito para recomposição do Erário, seja quanto à pretensão punitiva desta Corte de Contas*”.

O estudo abrangeu a análise das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 669.069/MG (Tema de Repercussão Geral nº 666), no RE 852.475/SP (Tema de Repercussão Geral nº 897) e no RE 636.886/AL (Tema de

Repercussão Geral nº 899), e das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no REsp 1.480.350/RS e no Agravo Interno no REsp 1.412.588/RN.

Ao final, o Tribunal aprovou o projeto de decisão normativa apresentado pela Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF. Após ajustes e publicação da minuta, foi expedida a Decisão Normativa nº 5/2021, que *“dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal”*.

Dentre outros dispositivos de discutível constitucionalidade, opta-se por, neste momento, mirar todos os holofotes para o art. 2º da DN 5/2021, cuja redação é a que segue:

Art. 2º Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;

II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

III – pela decisão condenatória recorrível proferida pelo Tribunal que aplique sanção ou impute débito ao responsável;

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Destaca-se, por ora, o inciso II do artigo supracitado. Contrariando frontalmente um dos *“considerandos”* logo dantes declarado², o inciso II do artigo 2º da

² Considerando os princípios que informam o sistema jurídico pátrio, especialmente o da segurança jurídica, o do devido processo legal e o da isonomia, bem como em consonância com julgados do Supremo Tribunal Federal, em especial aqueles de repercussão geral alusivos aos Temas 897 e 899

DN 5º/2021 é um dos principais vetores dos **nefastos efeitos colaterais nos direitos e nas garantias fundamentais** oriundos dessa orientação.

Inicialmente, porque, textualmente, abre espaço para abarcar **qualquer sentido que o intérprete queira dar ao dispositivo**. Essa preocupação foi externada pelo Conselheiro Relator naqueles e nestes autos, i. Conselheiro Inácio Magalhães, conquanto com relação à antiga redação do inciso I, ligeiramente diferente, mas com **consequências absolutamente idênticas**. Consignou o Relator, naquela oportunidade:

Com as vênias de estilo, penso que a sugestão referente ao art. 2º, inciso I, **ao fazer menção a “qualquer outra forma de comunicação”, sem nenhuma especificação, pode acabar trazendo subjetividade capaz de afetar a desejável segurança jurídica.**

Questiona-se: as expressões “qualquer outra forma de comunicação” e “qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato” não são **igualmente geradoras de indesejável insegurança jurídica**? A resposta só pode ser positiva.

Aliás, **a redação anterior do inciso I era muito menos prejudicial (às pessoas e ao Direito) que a atual do inciso II**. Isto porque a expressão “qualquer outra forma de comunicação” é muito menos plurívoca do que a expressão “qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato”.

O vocábulo “comunicação” não permite grandes devaneios hermenêuticos. São formas de comunicação, por exemplo, a citação, a comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital, como dispõe o inciso I. Existem outras formas de comunicação, não necessariamente jurídicas, mas, ainda assim, formas de comunicação: mensagem de texto, correio eletrônico, correio físico, linguagem de sinais, código Morse, sinal de fumaça. São todas formas de comunicação.

Outro é o caso da expressão “qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato”. Começa-se pelo vocábulo “inequívoco”. Inequivocamente, a palavra utilizada é, se não semanticamente plurívoca, interpretativamente passível de valorações subjetivas e, portanto, únicas de cada hermeneuta.

O que são *atos inequívocos de apuração*? Uma decisão que converte o processo em tomadas de contas especiais? Antes: a instauração da TCE? Antes: a designação da Comissão da TCE? Uma informação? Um parecer do MP? A instrução do processo? A reinstrução do processo? Uma das formas de comunicação citadas no inciso I? Todos ou nenhum desses casos? Impossível definir ou, no mínimo, chegar a um consenso (**leia-se: impossível garantir a segurança jurídica no caso concreto**). Ou seja, jamais um processo terá fim, pois sempre haverá a possibilidade de se qualificar dado ato como sendo *inequívoco de apuração*. E qualquer ato pode se prestar a tal intento, o que acaba por tornar os processos em tramitação **direta e/ou indiretamente imprescritíveis**, em contrariedade ao que já decidiu o STF ao julgar os Temas 666, 897 e 899 da Repercussão Geral.

Não bastasse isso, a situação se agrava, e muito, pela **cegueira deliberada** no que tange à inobservância do art. 202 do Código Civil³, bem como da cada vez mais assentada jurisprudência dos tribunais superiores, em especial o STJ e o STF, sobre a matéria.

Por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal, assentou em definitivo o **prazo prescricional de cinco anos para cobrança de valores por parte do Tribunal de Contas da União**.

Não é por demais dizer que tal entendimento é plenamente extensivo ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, à Controladoria-Geral do Distrito

³ Art. 202. A interrupção da prescrição, **que somente poderá ocorrer uma vez**, dar-se-á: (...)

Federal - CGDF, dentre outros órgãos integrantes da Administração Pública distrital, de quaisquer dos Poderes.

Vale a reprodução, pelo didatismo de que se reveste, de trechos do *decisum*:

Decorridos treze anos entre o fato supostamente lesivo e a intimação do particular, o Estado não poderia mais buscar o ressarcimento ou a punição, seja na via administrativa, seja na judicial. **Não se deve admitir – considerada a Carta que se disse cidadã, a trazer ares democráticos ao Direito Administrativo – a imprescritibilidade da atuação do Tribunal de Contas da União, no que voltada a recompor dano ao erário. Fazê-lo implicaria assentar poder insuplantável do Estado, a obrigar o cidadão a guardar documentos indefinidamente para a própria defesa.**

Conforme consignei ao votar no recurso extraordinário nº 669.069, relator o ministro Teori Zavascki, no qual se concluiu pela incidência da prescrição sobre pretensões decorrentes de ilícitos civis, **a Constituição Federal, antes de versar a estruturação do Estado, disciplinou direitos dos cidadãos, não se podendo conceber que tenha dado passo a implicar quebra do sistema, lançando a imprescritibilidade de ação patrimonial.** O constituinte foi explícito quanto às situações jurídicas a afastarem a prescrição, indicando-as nos incisos XLII e XLIV do artigo 5º, de forma limitada e absolutamente excepcional, apenas no campo penal, não no cível, não no patrimonial.

(...)

Em suma, **descabe admitir que o Poder Público, na seara patrimonial, cruze os braços, permanecendo com poder exercitável a qualquer momento. A evocação da segurança jurídica, como garantia da cidadania diante de guinadas estatais, confere relevância à passagem do tempo.** Por isso há, no cenário, a prescrição, a alcançar a pretensão, a ação, e a decadência, que apanha e fulmina o próprio direito. Nesse contexto, **deve o Tribunal**

de Contas da União observar o lapso de cinco anos para proceder à notificação daquele que busca responsabilizar por dano ao erário.

3. Defiro a liminar, suspendendo, relativamente à impetrante, os efeitos da condenação imposta pelo Órgão impetrado por meio da deliberação nº 1.110/2017, formalizada no processo de tomada de contas especial nº 016.851/2003-9. (...) ⁴

A r. decisão dialoga inteiramente com o contido nestes autos de Tomada de Contas Especial. Não há dúvidas quanto a isso. Vale destacar que o mesmo Supremo Tribunal Federal já foi conclamado a se pronunciar inúmeras vezes sobre a questão do prazo prescricional para o Poder Público.

Para manter a objetividade da presente petição e garantir a plena atenção dos ilustres Conselheiros às importantes ponderações trazidas nesta oportunidade, manter-se-á a citação direta de jurisprudência a um mínimo razoável, mas imprescindível para o alinhamento dessa r. Corte de Contas ao que há de mais recente, juridicamente preciso e, principalmente, justo, nos precedentes judiciais dos principais Tribunais do país, tudo em conta de que a perpetuidade de situações dessa natureza descaracterizam a **paz social** buscada pelo Direito. E esse eg. Tribunal é chamado a fazer eco a essa busca.

No MS 37.772 MC-AgR /DF, de 17/08/2021, por exemplo, a 1ª Turma do STF consignou que **ninguém pode estar sujeito permanentemente a uma sanção**. Há cerca de um mês e meio, em recentíssima decisão, desta vez no MS 38.421 AgR/DF, o STF tornou a assentar o entendimento, citando diversos outros julgados como precedentes:

⁴ STF, MS 35294/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, Julgado em 06/03/2018.

1. Agravo interno contra decisão em que concedi a segurança, para anular o Acórdão nº 2.294/2021 do TCU, e deferi o pleito liminar para suspender os efeitos do ato coator, até o trânsito julgado da presente decisão.

2. A prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999, que fixa o prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. **Precedentes: MS 32.201, Rel. Min. Luís Roberto Barroso; MS 35.512 e 36.067, Rel. Min. Ricardo Lewandowski.**

3. A interrupção da prescrição por ato inequívoco que importe apuração do fato exige identidade entre as irregularidades investigadas e aquelas que futuramente venham a justificar o exercício da pretensão punitiva. Considerando que tal identidade inexistente na hipótese, não detecto a presença de causas interruptivas da prescrição, motivo pelo qual constato a violação de direito líquido e certo da impetrante.

4. O papel do TCU no combate a fraudes e corrupções em licitações é extremamente relevante, e os atos investigados, se comprovados, são graves. Porém, a prescrição é um fato objetivo, que não pode ser desconsiderado. Ninguém pode estar sujeito permanentemente a uma sanção.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(MS 38421 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, **julgado em 03/10/2022**, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 05-10-2022 PUBLIC 06-10-2022)

A Segunda Turma do mesmo STF também já se manifestara acerca da prescrição, em especial nos casos de tomadas de contas especiais. Cita-se, como exemplo, o voto do Ministro NUNES MARQUES no MS 37.751/DF, segundo o qual **atos praticados pela administração antes da ciência do acusado não**

interrompem a prescrição para a instauração de tomada de contas especial. Entendeu o i. Ministro que, em processos de tomada de contas especial relacionados a convênio, **a prescrição quinquenal conta-se da data estabelecida para prestação de contas até a ocorrência da notificação.** Nas palavras do i. Ministro:

Na hipótese dos autos, o Convênio n. 257/2003 foi firmado com o Ministério da Integração Nacional, quando o impetrante era prefeito do Município de Tucuruí/PA (2001 a 2004), com vistas à realização de dragagem da Lagoa Santa Izabel.

(...)

O processo de tomada de contas especial foi instaurado em 24 de abril de 2013, autuado no TCU em 28 de outubro de 2014 e o impetrante foi citado em 11 de março de 2015 (Peça 38 dos autos eletrônicos).

Neste cenário, entendo que ficou demonstrado a ocorrência da prescrição, por não ser imprescritível o direito da Administração Pública ao ressarcimento de valores e uma vez já terem se passado cinco anos entre a prestação de contas (em 21 de fevereiro de 2005) e a primeira notificação de ocorrência de irregularidade na aplicação de valores (em 27 de julho de 2012.

Não há que se falar em interrupção de prescrição, porquanto não ocorreram marcos com aludida característica. Os atos levados a efeito pela Administração entre citado período, de fevereiro de 2005 a julho de 2012, não chegaram ao conhecimento do impetrante.

3. Ante o exposto, concedo a segurança para reconhecer a prescrição da pretensão ressarcitória, nos autos da Tomada de Contas Especial TC n. 028.939/2014-0, em relação ao impetrante.

Vale trazer ao conhecimento do Plenário, ainda, os comentários à aludida decisão publicados no *site* “JOTA”, que reflete o que aqui se referenciou acerca da expressão “qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato” e a interpretação de que todos os supostos atos inequívocos teriam o condão de interromper o prazo prescricional. Dizem os autores:

Infelizmente, são comuns as decisões que **interpretam o dispositivo de maneira a subverter a própria finalidade da lei, tornando impossível o reconhecimento da prescrição**, por reconhecer dezenas de marcos interruptivos ou admitir a sua interrupção antes mesmo da citação das partes.

Na prática, **essa interpretação permite que qualquer pessoa física ou jurídica esteja indefinidamente sujeita ao poder sancionatório estatal, pois bastaria que, internamente, a administração formalizasse sucessivos atos processuais classificados como ‘ato inequívoco, que importe apuração do fato’**, como relatórios, pareceres ou despachos, sem a ciência da parte afetada, para manter válido o processo.

A interpretação é particularmente prejudicial quanto se trata de tomada de contas especial, porque, nesse processo administrativo, o ônus da prova recai sobre o acusado. E quanto maior o lapso entre a ocorrência dos fatos e a citação, maior a dificuldade de produção probatória. **Se a *ratio decidendi* da jurisprudência atual do STF, após longos anos de contenda, é primar pela segurança jurídica em face da perpetuação de um poder de cunho eminentemente sancionatório, admitir a interrupção do prazo prescricional antes mesmo da citação é um retrocesso gravíssimo à tese conquistada.**

(...)

De fato, **parece lógico** que a imprecisão na redação de um dispositivo legal **não pode permitir que um prazo prescricional seja interrompido por qualquer evento ou elemento juntado ao processo, antes mesmo que esteja constituída a relação processual** – o que, segundo o TCU, ocorre somente com a citação válida por aquele tribunal – sob pena de violação à

efetiva ampla defesa e ao contraditório, o que não se pode admitir em um Estado democrático de Direito.

Com o máximo respeito a quem possa divergir, **este é o posicionamento que melhor se coaduna com a *ratio* da jurisprudência atual**, de estabelecer um limite temporal para o Estado exercer seu poder sancionatório, inclusive, à pretensão ressarcitória.⁵

Ainda, a respeito da **impossibilidade de sucessivas interrupções da prescrição**, extraem-se dos Tribunais Superiores os seguintes entendimentos:

⇒ **ACO 493/MT, STF:**

“Decreto nº 20.910, de 1932, artigos 1º e 4º. D.L. 4.597, de 1942, art. 3º. Súmula 383-STF. I. - Prescrição quinquenal em favor da Fazenda Pública. Decreto nº 20.910, de 1932, artigos 1º e 4º. **A prescrição somente pode ser interrompida uma vez**, recomeçando a correr pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.”

⇒ **REsp 1.504.408/SP, REsp 1.810.431/RJ, REsp 1.924.436/SP, REsp 1.963.067/MS, entre tantos outros, STJ:**

“Conforme dispõe o art. 202, caput, do CC/2002, a interrupção da prescrição ocorre somente uma única vez para a mesma relação jurídica. Precedente.”

No REsp 1.924.436/SP, a relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, registrou lições preciosas em seu voto – seguido à unanimidade pela 3ª Turma do STJ – que aqui se reproduz, em partes:

1. Considerando os efeitos jurídicos da passagem do tempo, afirma-se que o Direito estabiliza o passado e confere previsibilidade ao futuro por meio de

⁵ CARRAZONI, Luana Karen de Azevedo Santana; JÚNIOR, Álvaro Luiz Miranda Costa; SILVA, Amanda Helena da. O STF e a interrupção da prescrição em processos do TCU. JOTA, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-stf-e-a-interruptao-da-prescricao-em-processos-do-tcu-10042022>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

diversos institutos (prescrição, decadência, perdão, anistia, irretroatividade da lei, respeito ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada).

2. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança: “(...) se perpétuo ou reservado indefinidamente o direito de reclamar, desapareceria a estabilidade de toda a espécie de relações” (RIZZARDO, Arnaldo. Parte geral do Código Civil. 2 ed. Forense: 2003, p. 593).

3. Admite-se, contudo, a interrupção do prazo prescricional quando o titular do direito manifesta, por uma das formas previstas em lei, a intenção de exercê-la ou quando o devedor manifesta inequivocamente o reconhecimento daquele direito. Não é outro o entendimento que se pode extrair do art. 202 do CC/02: (...)

4. Por oportuno, mister destacar que, **inspirado no fundamento do instituto, que é o de evitar a perpetuidade da incerteza e insegurança nas relações jurídicas, o novo Código Civil inovou ao dispor, de forma expressa, que a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.**

(...)

11. Relembra-se que, quando do julgamento do REsp 1.504.408/SP (DJe 26/09/2019), a 3ª Turma desta Corte Superior debruçou-se sobre o tema ao analisar se, após a propositura de ação de cobrança julgada improcedente, teria havido nova interrupção do prazo prescricional com o posterior ajuizamento de ação de protesto judicial.

12. Na oportunidade, o Min. Marco Aurélio Bellizze, relator dos autos, teceu considerações sobre a controvérsia, oportunidade em que apresentou fundamentação no sentido de que a prescrição não poderá ser interrompida mais de uma vez apenas nas hipóteses extrajudiciais de interrupção do prazo prescricional. Nesse raciocínio, concluiu, em contrapartida, que as **causas judiciais** de interrupção da prescrição poderão incidir

indefinidamente e por diversas vezes, de modo que o prazo recomeçará somente na hipótese de inércia da parte interessada e, nesse caso, será contado a partir do último ato do processo.

13. Após pedir vista dos autos, inaugurei a divergência para fincar a minha orientação no sentido de que **a interrupção da prescrição ocorre somente uma única vez para a mesma relação jurídica – isto é, independentemente de seu fundamento.**

14. Por honestidade argumentativa, mantenho a minha posição externada no bojo dos referidos autos, corroborada pelo magistério de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR:

(...)

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial interposto por CLATESP CLASSIFICADOS ASSINANTES E VIRTUAL GUIAS E LISTAS LTDA e NEGO-LHE PROVIMENTO, a fim de **manter o acórdão proferido pelo TJ/SP que reconheceu a prescrição da pretensão da recorrente.**

Pelo exposto, **não subsiste qualquer hipótese de não ocorrência da prescrição no caso concreto**, por mais que se queira, a todo custo, evitá-la.

Para o eminente Relator, seriam causas interruptivas da prescrição:

- i) a Decisão nº 2.841/2016, de 02/06/2016;
- ii) a Decisão nº 3.473/2017, de 20.07.2017;
- iii) a Decisão nº 1.813/2018, de 19/04/2018;

A primeira não pode ser, pois foi decisão que determinou que a Unidade Técnica realizasse fiscalização em face da Representação nº 30/2014-DA. A uma, porque não trata de nenhum **fato específico e objetivo**, ou, nos termos do decidido pelo STF no MS 38421 (fl. 9 deste recurso), falta **identidade entre as**

irregularidades investigadas e aquelas que futuramente venham a justificar o exercício da pretensão punitiva. A duas, porque, nos termos da decisão proferida nos autos do MS 37751/DF (fl. 10 deste recurso), também da Suprema Corte, **os atos levados a efeitos pela Administração não chegaram ao conhecimento do recorrente.**

Mesmo que se considere essa primeira r. manifestação dessa eg. Corte de Contas, ela configuraria marco interruptivo da prescrição – o primeiro e único – a justificar que, cinco anos a partir dali, estaria prescrita a pretensão punitiva (e/ou ressarcitória) no âmbito destes autos. Prolatada em 02/06/2016, o lustro prescricional se verificou em 02/06/2021, ou seja, há mais de um ano a presente apuração punitiva e/ou sancionatória estaria **alcançada pela prescrição!**

A segunda r. decisão, que “conheceu das inspeções realizadas pela então 3ªDiacomp/TCDF e concedeu prazo para que a Pasta de Cultura e a Associação Ruarte de Cultura se manifestassem sobre os achados identificados”, tampouco resiste aos dois filtros supracitados. Dessa forma, uma vez desconsiderado o primeiro marco interruptivo da prescrição, a subsequente primeira (**e única**) interrupção da prescrição se deu (ou melhor, daria) em 16/05/2018 ou, no mínimo, em 19/04/2018, mais de 5 anos depois da publicação do Convênio nº 016/2012 no DODF.

Por amor ao debate, façamos a análise por outra ótica.

Caso se considerasse que as três decisões mencionadas seriam aptas a interromper a prescrição, a conclusão seria que a prescrição se consumou em 02/06/2021, conforme já mencionado, 5 anos depois da primeira delas. Isto porque **a prescrição só se interrompe uma vez na mesa relação jurídica, independentemente de seu fundamento**, como se infere das decisões do STJ, em

especial, do voto da Ministra NANCY ANDRIGHI no REsp 1.924.436/SP (fl. 13 deste recurso), dentre vários outros exemplos.

O Convênio nº 016/2012 foi publicado no DODF em **19/11/2012**. O Sr. HAMILTON só foi chamado a se manifestar por meio da Decisão nº 1.813/2018, de **19/04/2018**. A citação foi efetivada em **16/05/2018**, ou seja, cinco anos e meio depois da publicação do Convênio, quando já estava prescrita qualquer pretensão estatal. Descabe entender de maneira diversa.

Nessa toada, jamais um gestor público, em qualquer época, estará tranquilo a respeito dos atos que praticou enquanto na atividade, podendo ser questionado até na aposentadoria sobre atos que praticou cinco, dez, quinze anos atrás. Não é dessa paz social que trata o Direito. **Não há segurança jurídica que resista** à pretensão da imprescritibilidade de gestões por parte das Cortes de Contas.

Se o Estado, pela ineficiência da máquina pública, não foi capaz de agir em tempo para fazer prevalecer a pretensão estatal, não é o agente pretensamente sancionado o responsável pela situação. Não deve, pois, responder pela inércia e/ou burocracia excessiva do Poder Público, seja ele de que esfera for – Executivo, Legislativo (e seus órgãos de auxílio) ou Judiciário.

Desta feita, medida que se impõe é o **reconhecimento da prescrição no presente caso e em dezenas, ou centenas, de outros semelhantes que tramitam nessa eg. Corte**, haja vista ter havido a superação do prazo quinquenal para a ação efetiva e eficaz da Administração Pública.

4. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer a Vossa Excelência, promovendo a **necessária evolução de entendimento** a respeito do assunto:

- a) **ACOLHER** os argumentos expendidos para declarar a consumação da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário, anulando a multa imposta ao recorrente e, ato contínuo,
- b) **MANDAR ARQUIVAR** os presentes autos.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2022



LUÍS FILIPE TAVEIRA MOREIRA DA FONSECA

OAB/DF nº 56.408



KARINA AMORIM SAMPAIO COSTA

OAB/DF nº 23.803